Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
28/10/25
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 28/10/25
Protocolo

MOÇÃO Nº 99 , DE 2025.

(Proponente: Vereador Edson Souza/MDB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Câmara Municipal de Cascavel, por seu vereador subscritor, nos termos que regem os arts. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, após deliberação legislativa, Moção de Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, de autoria do Deputado Federal Dr. Leonardo (Solidariedade/MT), que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

Dê-se ciência desta Moção ao Excelentíssimo Senhor Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal.

É a Moção. Sala das Sessões.
Cascavel, 20 de outubro de 2025.

Edson Souza
Vereador/MDB

Justificativa

A presente proposição legislativa objetiva manifestar apoio integral à Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, de autoria do Deputado Federal Dr. Leonardo, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais.

A PEC pretende reconhecer formalmente a natureza das atividades desses profissionais, instituindo garantias constitucionais específicas para eles — especialmente no que toca ao vínculo, aposentadoria, remuneração e demais direitos.

A proposta representa um avanço significativo no reconhecimento e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Esses profissionais desempenham um papel essencial na promoção da saúde pública, atuando diretamente junto às comunidades e contribuindo para a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso busca, entre outros pontos, consolidar garantias constitucionais específicas para a

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

categoria, corrigindo desigualdades históricas e fortalecendo a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um dos principais eixos da PEC é a criação de um Sistema de Proteção Social e Valorização, que assegura aos ACS e ACE direitos estruturados, plano de carreira, qualificação profissional e vínculos empregatícios estáveis.

A proposta estabelece que a contratação desses profissionais deve ocorrer exclusivamente por meio de concurso público, garantindo segurança jurídica, estabilidade e maior qualidade nos serviços prestados.

Além disso, a União deverá prestar assistência financeira complementar aos municípios e estados para assegurar o cumprimento do piso salarial nacional, sem que esses valores sejam contabilizados nos limites de gastos com pessoal — medida que fortalece a autonomia dos entes federativos e assegura a remuneração justa para a categoria.

Outro ponto de grande relevância é a previsão de aposentadoria especial para os agentes que comprovarem 25 anos de efetivo exercício exclusivo das atividades. Trata-se de um reconhecimento justo, considerando a natureza das funções desempenhadas por esses profissionais, que atuam diariamente em contato com situações de risco, muitas vezes em locais de difícil acesso.

A PEC assegura ainda que essa aposentadoria seja concedida com integralidade e paridade, garantindo aos agentes uma proteção previdenciária compatível com sua dedicação ao serviço público e à saúde coletiva.

Por fim, a proposta reforça a importância de um vínculo sólido e permanente entre os agentes e os gestores do SUS, valorizando o trabalho de base realizado por esses profissionais. Ao estabelecer regras claras para contratação, remuneração e aposentadoria, a PEC 14/2021 fortalece a estrutura da saúde pública, combate a precarização do trabalho e assegura mais dignidade à categoria.

Apoiar essa proposta é reconhecer o papel fundamental dos ACS e ACE no cuidado com a população, bem como investir na consolidação de um sistema de saúde mais forte, eficiente e humano.

adlan

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA